

Da atualidade da educação moral Kantiana no contexto educativo brasileiro

The relevance of Kantian moral education in the Brazilian educational context

DOI:10.34117/bjdv7n9-081

Recebimento dos originais: 17/08/2021

Aceitação para publicação: 07/09/2021

Rosa Mendonça de Brito

Pós-Doutora em Filosofia da Educação

Instituição: Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Endereço: Rua Salvador, 345, apartamento 1602, Adrianópolis – Manaus, AM, Cep. 69057-040

E-mail: rosa.m.brito@uol.com.br

Gisele de Brito Braga

Mestra em Educação

Instituição: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM

Endereço: Av. Mário Ypiranga, nº 2500, apartamento 602 -Manaus, AM, Cep. 69050-030

E-mail: giselebraga@mac.com

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é apresentar, para reflexão, as ideias de Kant sobre a Educação elaboradas, especialmente, em “Sobre a Pedagogia” (*Über Pädagogik*), resultado de aulas proferidas na Universidade de Königsberg onde, com forte influência de Rousseau, procurou pensar o processo pedagógico da formação educacional tendo por centralidade a questão moral expressa na “Metafísica dos Costumes” e na “Crítica da Razão Prática”; verificar a sua pertinência no que tange a formação do homem no processo educativo da atualidade a partir do entendimento, nosso e de vários estudiosos, de que o projeto kantiano de educação pode orientar um processo educativo centrado no desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, especialmente, a da liberdade de pensar “por conta própria”; mostrar que o compromisso ético da educação se coloca como fundamental, especialmente, no momento histórico atual quando as forças de dominação, degradação, opressão e alienação consolidaram-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais, ou seja, nas condições atuais da existência da humanidade, de forma extremamente injustas e desumanizadoras. Por exigência ética, a educação deve ser concebida, planejada e realizada como investimento intencional sistematizado a fim de consolidar as mediações existenciais dos homens, não como cega aceitação de regras de conduta já prontas, vinda do exterior, nem como a afirmação de uma liberdade absoluta estabelecida por pelo sujeito individual, mas através de uma ação refletida em função de princípios éticos básicos. A moral que surge como um conjunto de máximas que orientam

a conduta e nos chega através da cultura, da sociedade e da educação, não pode prescindir dos princípios éticos.

Palavras chave: Kant; moralidade, educação.

ABSTRACT

The goal of this paper is to present, for reflection, Kant's ideas on Education, especially developed in “About Pedagogy” (Über Pädagogik), the result of lectures given at the University of Königsberg where, with strong influence from Rousseau, he sought to think about the pedagogical process of educational formation having as centrality the moral issue expressed in the “Metaphysics of Customs” and in the “Critique of Practical Reason”; to verify its relevance regarding the formation of man in the educational process of today from the understanding, ours and several scholars, that the Kantian project of education can guide an educational process centered on the development of all human potential, especially the freedom to think “on their own”; to show that the ethical commitment of education is fundamental, especially in the current historical moment when the forces of domination, degradation, oppression and alienation have consolidated themselves in social, economic and cultural structures, that is, in the current conditions of the existence of humanity, in an extremely unfair and dehumanizing way. As an ethical requirement, education must be conceived, planned and carried out as a systematized intentional investment in order to consolidate the existential mediations of men, not as a blind acceptance of ready-made rules of conduct, coming from abroad, nor as the affirmation of absolute freedom established by the individual subject, but through an action reflected in terms of basic ethical principles. The morality that appears as a set of maxims that guide conduct and reaches us through culture, society and education, cannot do without ethical principles.

Keywords: Kant, morality, education.

1 INTRODUÇÃO

Ética e Educação são, para nós, o maior patrimônio individual e social da humanidade. Resultado da consciência viva que rege as comunidades humanas, elas criam, pelo conhecimento do mundo interior e exterior, formas melhores de vida.

A crise da humanidade refletida na violência, no egoísmo e na indiferença pela vida do semelhante, reflete o espírito do nosso tempo e está alicerçada na perda dos valores morais básicos de orientação do comportamento. Diante disso é preciso, mais que nunca, que a ética (*ethos*), conjunto de princípios (*a priori*) que atua na esfera dos fundamentos e dos valores que devem nortear o comportamento do homem em sociedade, tendo em vista os seus semelhantes, seja reabilitada. Enquanto a ética indica às pessoas o

dever-ser da existência humana, um saber-viver atento ao que fazem, a moral (*mores*), objeto próprio da ética, se expressa nas atitudes, nas ações de uma vontade subjetiva individual, que pode ser boa ou não, verdadeira ou falsa, dependendo da vontade, do fundamento e do sentido que norteiam a ação.

Ética e educação são, na atualidade, temas recorrentes. As reflexões e discussões estão indicando que tomamos consciência da importância dessas questões como condição primeira no trato da dignidade da pessoa humana. Contudo, não basta ter consciência dessa problemática, é necessário transformar a consciência em conscientização, ou seja, é preciso encontrar ou traçar caminhos que leve a colocar em prática as idéias que colocam a ética como orientação da ação fundada nos valores morais de que tanto falamos mas, quase sempre, não praticamos.

Como ensina Jaspers (2011, p. 52), os homens nascem imersos num mundo não só de outros homens e das coisas ao redor, mas também de conhecimentos e relações marcadas pela simultaneidade de seres particulares e seres genéricos onde se interpenetram numa espontânea e muda unidade vital a consciência do "EU", do "TU" e do "NÓS". Por conta disso, apreender e compreender o mundo, o Eu e o Outro, ou seja, apreender e compreender a realidade depende dos juízos de fato e dos juízos de valor elaborados a partir de princípios éticos ou não, a respeito desta mesma realidade. Contudo, o valor-fonte, valor por excelência, "não pode deixar de ser a pessoa humana", sendo dele que devemos partir para alcançar o fundamento próprio e peculiar da Educação.

A Educação constitui-se e desenvolve-se porque os homens são livres e socialmente desiguais e aspiram à igualdade e à justiça; são diversos e sentem uma inclinação igual para a felicidade e para a paz, tendo por suporte uma certa tábua igualitária de valores. O valor Educação tem sede na pessoa humana e é pressuposto de sua dignidade e condição de sua realização material e espiritual. Decorrente disso, fica claro que é no diálogo dos educadores/educandos que o processo educativo deve ser construído.

Como fenômeno primordial e básico da vida humana, congênere e contemporâneo da própria vida em todas as suas fases e situações, é a educação que possibilita ao homem, como um ser inacabado, construir-se ao construir seu mundo com inteligência e liberdade. Tarefa intransferível no sentido de que ninguém educa ninguém, mas também solidária porque os homens, em sociedade, além de se educarem, organizam as condições e situações da própria educação.

Como toda prática envolvendo a atuação individual de agentes, a prática educativa coloca questões éticas-morais, interpelando a sensibilidade valorativa da consciência e sua implicação para o trabalho profissional do educador porque o profissional da educação não pode perder de vista tal dimensão sob pena de comprometer a eficácia de seu trabalho. A educação entendida como processo que visa promover o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo só pode cumprir o seu papel se for auxiliada diretamente pela ética (princípios a priori) porque, em última análise, a ação moral é a revelação das intencionalidades das práticas educativas e das práticas sociais dos educadores e dos educandos.

É na educação, como processo dialógico, onde os homens devem constituir-se como alteridades distintas para, no consenso, construir a sua subjetividade, a sua visão de mundo, a sua existência em relação com a natureza, com os seus semelhantes e consigo mesmo. Como essa prática não deve ser mecânica, mas intencional, ela deve ser marcada por referência a objetivos e fins referenciados por valores.

Quando agimos, somos levados não apenas a saber e a conhecer os dados envolvidos em nossa ação, mas, também, a avaliar através da consciência, a validade e a legitimidade do nosso agir em função dos valores que ela vivencia. Esta sensibilidade aos valores éticos, no que concerne ao agir é o que Kant denomina de “consciência moral”, portanto, questão fundamental da Educação porque fundamenta os juízos de fato e os juízos de valor moral e, com isso, orienta nossas opções de ação. Entretanto, essa encarnação dos valores morais não elimina seu caráter normativo e prescritivo advindo da sociedade e da cultura, que diz o que deve ser feito.

A vivência valorativa abrange a nossa consciência subjetiva com a mesma amplitude de nossa vivência conceitual. Podem variar os conteúdos dos sistemas éticos, mas todas as comunidades humanas vivenciam, sob formas particularizadas, a sua sensibilidade ética. Como a moralidade do agir é de caráter universal, variam os sistemas éticos e as ações morais, mas não variam as exigências de moralidade, porque ela interessa diretamente a todos os homens, quaisquer que sejam as circunstâncias concretas que constituem suas mediações históricas e sociais.

A ética que deve interessar, de modo particular aos educadores, poderia ser designada de “ética praxista”. Isto porque, o que podemos falar sobre a natureza, sobre a essência ou sobre a condição humana é apenas aquilo que é desenhado pela sua prática histórico-social. Embora o homem continue sendo entendido como ser natural dotado de uma personalidade subjetiva, não é mais visto nem como um ser totalmente determinado,

como queria a antropologia naturalista, nem como um ser totalmente livre e autônomo, como queria a antropologia essencialista. Ele não é mais nem um sujeito substancial, soberano e absolutamente livre, nem um sujeito empírico, puramente natural. É uma entidade natural e histórica, determinada pelas condições objetivas de sua existência, ao mesmo tempo em que atua sobre elas, mediante sua *práxis*, ou seja, uma prática impregnada por intenções subjetivadas de uma vontade moral livre.

Portanto, para o homem contemporâneo, os valores não estão predefinidos, inscritos em uma tábua. Eles vão sendo descobertos e construídos no decorrer e na trama complexa da história de um sujeito eminentemente coletivo. Por conta disso, a ética só pode ser estabelecida através de um processo permanente de decifração do sentido da existência humana, tal qual ela vai se desdobrando no tecido social e no tempo histórico, não mais partindo de um quadro atemporal de valores, abstratamente concebidos e idealizados. Contudo, não pode perder de vista os princípios norteadores e as mediações concretas da existência humana, realizadas a cada momento e em cada lugar. Daí a importância de uma educação que não descure de tais elementos.

Enquanto prática voltada para os sujeitos humanos em construção, o compromisso fundamental da educação deve ser com o respeito radical à dignidade da pessoa humana. Esse compromisso ético da educação se coloca como fundamental, especialmente, no momento histórico atual onde as forças de dominação, degradação, opressão e alienação consolidaram-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais, ou seja, nas condições atuais da existência da humanidade, extremamente injustas e desiguais.

Por exigência ética, a educação deve ser concebida, planejada e realizada como investimento intencional sistematizado a fim de consolidar as mediações existenciais dos homens, não como cega aceitação de regras de conduta já prontas, vinda do exterior, nem como a afirmação de uma liberdade absoluta estabelecida por nós mesmos, mas através de uma ação refletida em função de princípios éticos básicos. A moral que surge como um conjunto de máximas que devem orientar a conduta e que nos chegam através da cultura, da sociedade e da educação, não pode prescindir dos princípios éticos.

2 QUESTÕES PRELIMINARES

Para desenvolver o estudo sobre a atualidade da educação moral em Kant, foi imperativo considerar que um projeto de educação construído e desenvolvido a partir das ideias pedagógicas do filósofo, deve ter os princípios éticos como base, a moralidade como pedra angular e meta final do desenvolvimento de uma cultura moral que possibilite

a construção do homem como sujeito moral, permitindo que esse sujeito possa orientar a fundação da moralidade e do caráter no desenvolvimento de todas as disposições da natureza humana, orientando-as para o bem comum, porque é na educação “que jaz o grande segredo da perfeição da natureza humana” (KANT, 1996, p. 81).

Foi necessário, também, ter presente a distância entre os momentos históricos, atual (século XXI), os escritos e a existência de Immanuel Kant (século XVIII), nascido na Prússia, na cidade de Königsberg, hoje Kalliningrado, localizada na Rússia, em 22 de abril de 1724 e falecido em 12 de fevereiro de 1804, na mesma cidade. Kant sempre esteve atento aos problemas sociais e políticos da sua época, tanto assim que “tomou partido favorável à Revolução Francesa, na qual enxergava não apenas um processo de transformação econômica, social e política mas, sobretudo, um problema moral” (KANT, 1980, p. VII), que se expressava através das ações humana.

O reino da Prússia, na época de Kant, sofreu grandes transformações a partir de Frederico Guilherme I e, especialmente, de Guilherme II, considerado um monarca esclarecido. O aumento da população entre 1740 e 1786, de dois milhões e duzentos e quarenta mil para mais de seis milhões, assim como algumas reformas empreendidas pelos monarcas favoreceram relativo progresso econômico, a tolerância religiosa e a popularização da instrução escolar através da abertura de muitas escolas no campo e o estabelecimento da instrução primária obrigatória. Para suprir a necessidade de professores, a Prússia se valeu dos jesuítas expulsos dos países europeus, tidos como bons pedagogos.

Esse espírito de tolerância havia sacudido a Alemanha no século XVII em função do racionalismo de Leibniz e Wolff, que colocava em questão a obediência passiva proposta pelo dogmatismo. Em 1784 em Königsberg, a liberdade se encontrava extremamente limitada, especialmente, a liberdade de raciocinar, do livre pensar. Diante de tal realidade, Kant inicia um processo de reflexão sobre o “esclarecimento”, o que o leva ao entendimento de que o espírito esclarecido advém do livre uso da razão. Com isso ele coloca em discussão a questão razão e da liberdade como elementos que levam ao esclarecimento do espírito obscuro e, posteriormente, ao desenvolvimento do papel das máximas (princípios éticos), tanto para a orientação da ações dos adultos, quanto como instrumentos da educação da criança e do jovem, para que possam regular as suas ações como cidadãos, quando adultos.

Com Rousseau, Kant e Fichte, a Pedagogia passa a ser o instrumento fundamental para a consolidação da relação entre educação e liberdade. Contudo, será a partir de 1797

que o entendimento sobre a íntima relação entre o saber e a liberdade proporcionará uma nova abordagem do ato pedagógico.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma nova abordagem do ato ele mesmo, que deve ser libertador em sua forma, se quiser sê-lo por seu conteúdo. Pode-se, de fato, de acordo com a utilização de Fichte, distinguir o ato de instruir (*Belehrung*) da instrução adquirida (*Unterrichtung*). A instrução adquirida é o meio da libertação; o ato de instruir, ou a relação educativa, inicialmente meio de instrução, torna-se então, igualmente, meio dessa libertação [por meio da] ajuda de um amigo. Porém, a relação pedagógica não pode ser o meio de uma libertação senão sendo ela mesma imediatamente, em sua forma, libertadora (VINCENTI, 1994, p. 16).

Nessa perspectiva o ato de ensinar, de instruir é concebido como relação de amizade e não de autoridade e deve tender para o despertar da independência do pensamento. Essa redefinição da relação pedagógica que uni educação e liberdade, opõe-se essencialmente a qualquer relação de autoridade. Em Kant, a nova pedagogia expressa por Rousseau no *Emílio*, é colocada como um método onde o

Pensar por si mesmo torna-se não somente o meio da libertação, mas também o único meio de aceder ao saber. [...] Logo, não é mais o caso de o aluno receber conhecimento, nem do docente transmiti-lo, mas, ao contrário, de propiciar sua aquisição, sua apropriação pelo aluno [...] como condição *sine qua non* da aquisição de seus conhecimentos (ibid. p.17).

Antes que todos, segundo Vincenti (ibidem), foi Rousseau quem indicou aos pedagogos a nova forma, o novo método do fazer educativo. ‘Se você não substituir em seu espírito a autoridade pela razão, ele não raciocinará mais, não será mais que um brinquedo da opinião dos outros’. Tanto em Kant quanto em Fichte, a aspiração é a mesma: aproximar a educação da vida real, de modo que os alunos possam apreendê-la e compreendê-la e, se for necessário, transformá-la.

O que pode tornar-nos mestres e possuidores do saber adquirido torna-nos igualmente aptos para utilizá-lo; o aluno terá recebido uma formação tal que nenhum dos seus conhecimentos permanecerá frio e morto diante da possibilidade que possuirá de torna-lo vivo, e cada um deles será, de certa forma, necessariamente ligado à vida, desde que a vida tenha necessidade disso (VINCENTI, 1994, p.18).

3 A MORALIDADE E EDUCAÇÃO EM KANT

No desenvolvimento do estudo sobre a educação moral em Kant, utilizamos como referência primordial, a obra *Über Pädagogik* (Sobre a Pedagogia), cujos fundamentos morais podem ser encontrados, especialmente, na *Metafísica dos Costumes* (que

estabelece os princípios gerais da ação moral) e na Crítica da Razão Prática (que trata da liberdade como condição da lei moral). Nesta Kant esclarece que:

Princípios práticos são proposições que contêm uma determinação geral da vontade, a qual inclui em si várias regras práticas. São subjetivos, ou *máximas*, quando a condição é considerada pelo sujeito como válida unicamente para a sua vontade; mas são objetivos, ou leis práticas, quando essa condição é reconhecida como objetiva, isto é, válida para a vontade de todo o ser racional (KANT, 1994, p. 29).

Para ele, a regra prática é sempre um produto da razão. Ela prescreve a ação como meio para atingir a intenção, ou seja, como imperativo (hipotético ou categórico), regra determinada por um dever que exprime uma obrigação. É a partir desse entendimento, ao tratar da razão pura prática, que o filósofo de Königsberg elabora o seu princípio supremo da moralidade: “age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre e ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal” (ibidem).

A proposta de educação de Kant está sustentada no entendimento de que o fim último do homem é a convivência pacífica e harmônica orientada pelas leis morais estabelecidas a partir de máximas ou princípios éticos e que a ação moral a ser empreendida pelo adulto só poderá ser executada se “for precedida por um longo processo formativo iniciado na infância, período em que a criança precisa ser educada por meio da disciplina¹ para viver mediante regras menores” (DALBOSCO, 2009, p. 14) que irão orientá-la progressivamente para o convívio consonante máximas e leis, quando jovem e adulta. A disciplina visa gerar hábitos e impedir ou corrigir os defeitos, enquanto as máximas orientam a formação da maneira de pensar e da moralidade.

No seu projeto educativo Kant faz a distinção entre educação física e educação prática (pragmática ou moral). Para ele, a educação física diz respeito aos cuidados do corpo e da alma, enquanto a educação prática tem a ver com a cultura, a construção do homem para viver como um ser livre, e envolve: a formação escolástica (instrução) que diz respeito à habilidade e lhe fornece um valor em relação a si mesmo, como um indivíduo; a formação pragmática que diz respeito à prudência e lhe confere um valor público, universal porque diz respeito à toda humanidade.

A educação física envolve, especialmente, os cuidados com o corpo e com a alma (distinta da formação moral) prestados às crianças pelos pais ou outras pessoas nomeadas por eles. Tendo por base a disciplina deve ser realizada de forma livre e divertida com

¹ Para Kant, disciplina não significa castigo, mas orientações que impedem “ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através de suas inclinações animais”.

vistas a desenvolver as potencialidades da criança, tais como a inteligência, a imaginação, a memória, o entendimento, o sentimento de prazer e desprazer, de alegria e de dor, de bem e de mau, etc. No seu entendimento, “o homem pode ter uma sólida formação física, um espírito muito bem formado, e ser um homem moralmente mau formado e, conseqüentemente, uma criatura má” (KANT, 1996, p.63).

Nessa fase, a educação deve desenvolver na criança alguns traços da personalidade para que, mais tarde, possa conviver em sociedade como cidadão. Entre eles: o sentido da obediência, seja por obrigação, seja por confiança; o sentido da verdade, um dos traços essenciais do caráter; o sentido da sociabilidade, integradora da criança com outras crianças e com a comunidade.

As crianças devem ser instruídas apenas naquelas coisas que são adaptadas à sua idade. Muitos pais se alegram vendo os filhos proferirem discursos de velhos; [...] uma criança não deve ter senão a prudência de uma criança; e não deve ser transformada num imitador cego (ibid, p.88).

Na educação pragmática ou moral devem ser desenvolvidas: as habilidades, a prudência e a moralidade. A etapa suprema da educação é a consolidação do caráter e tudo que se opõe à moral deve ser excluído dos propósitos da educação. Na educação moral kantiana devem ser inculcados desde cedo nas crianças o respeito e atenção aos direitos humanos e orientá-las para que os ponha em prática. Também é necessário levá-las a compreender que na vida não existem apenas direitos, mas, também, deveres a serem cumpridos, tanto em relação a si mesma, quanto em relação aos demais, porque o homem só se constrói como sujeito moral quando eleva, sustentado em máximas, a sua razão até os conceitos do dever, do direito e da lei. Na educação tudo depende do estabelecimento de bons princípios e da compreensão e aceitação deles pelos alunos.

Como arte ou pedagogia, a educação é uma prática que necessita ser aperfeiçoada por várias gerações, exigindo que a organização do projeto pedagógico apresente, além de alguns princípios norteadores que possibilitem à criança e ao jovem o desenvolvimento de suas potencialidades, especialmente a de pensar e refletir por conta própria em consonância com o seu tempo. Referindo-se a isto, o pensador prussiano afirma:

A ideia de uma educação que desenvolva no homem todas as suas disposições naturais é verdadeira absolutamente. Com a educação presente, o homem não atinge plenamente a finalidade da sua existência. Na verdade, quanta diversidade no modo de viver ocorre entre os homens! Entre eles não pode acontecer uma uniformidade de vida, a não ser que ajam segundo os mesmos princípios, e seria necessário que esses princípios se tornassem como que uma segunda natureza para eles. Podemos trabalhar num esboço de educação mais conveniente e deixar indicações aos pósteros, os quais poderão pô-las em prática pouco a pouco (ibid, p. 17).

A educação que tem como fim último contribuir para a formação de sujeitos autônomos, se afigura em Kant o maior e mais árduo problema proposto aos homens porque, assim como os conhecimentos dependem da educação, a educação depende dos conhecimentos para que, passo a passo, cada geração transmita suas experiências e seus conhecimentos à geração seguinte, a qual deve acrescentar algo de seu e os transmitir à geração que lhe segue fazendo com que, sucessivamente

a educação se torne sempre melhor e cada uma das gerações futuras dê um passo a mais em direção ao aperfeiçoamento da humanidade, uma vez que o grande segredo da perfeição humana se esconde no próprio problema da educação. [...] É entusiasmante pensar que a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação, e que é possível chegar a dar aquela forma que em verdade convém à humanidade [onde] uma geração eduque a outra (ibid, p. 17/18/20).

Segundo ensina, “o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz” (Ibid, p. 15). Por conta disso, a pedagogia como arte da educação não pode ser mecânica, realizada sem plano e conforme as circunstâncias, mas *raciocinada*, apoiada em princípios que orientem o desenvolvimento da natureza humana. Aqueles que propõem planos para a educação não podem deixar de levar em conta o princípio da pedagogia que orienta para não

educar as crianças segundo o presente estado da espécie humana, mas segundo um estado melhor, possível no futuro, isto é, segundo a ideias de humanidade e da sua inteira destinação. [...] De modo geral, os pais educam seus filhos para o mundo presente, ainda que seja corrupto. Ao contrário, deveriam dar-lhes uma educação melhor, para que possa acontecer um estado melhor no futuro (ibid, p. 23).

A organização de um projeto educativo, conforme ensina, precisa ser executada de modo cosmopolita, visar o bem geral da humanidade, à cultura e o desenvolvimento dos conhecimentos e do espírito humano porque é somente através dos esforços das pessoas que se interessam pelo bem da sociedade e almejam um estado de coisas melhor no futuro que a natureza humana pode aproximar-se pouco a pouco do seu fim, isto é, atingir um grau mais elevado, não apenas em habilidades e conhecimentos, mas também

em moralidade. A direção das escolas deveria, conforme explicita, “depende de decisão de pessoas competentes e ilustradas [...] as quais se interessam pelo bem da sociedade e estão aptas para conceber como possível um estado de coisas melhor no futuro” (ibid, p.26).

A educação deve ensinar ao homem: ser disciplinado (domar a selvageria); tornar-se culto (instrução + conhecimentos); ser prudente; cuidar da moralização. É através do saber, do conhecimento possibilitado pela educação que o ser humano é expulso da ignorância. A educação como o caminho do ser para encontrar-se consigo mesmo e com o mundo para compreender-se e compreendê-lo, possibilita o discernir, antes de tudo a si mesmo, para poder, depois, discernir os outros sujeitos e o mundo com os seus objetos. Esse discernir leva a um definir, ou seja, a distinguir entre o que é e o que parece ser, porque saber é mais do que supor, é averiguar em que consiste aquilo que é.

Segundo entende Kant, é no decorrer de todo o processo educativo que se deve suscitar a moralidade do aluno. A moralização não deve ser atribuída, nem a um educador específico, nem a uma idade determinada porque a incitação ao respeito do dever obtém seu valor da finalidade perseguida: o agir livre. Nesse sentido, conforme Luc (1994, p. 60) “não se trata de acumular conhecimentos, mas de fortalecer as faculdades intelectuais do aluno visando torná-lo ele mesmo capaz de utilizá-las”.

A cultura moral deve-se fundar sobre máximas, não sobre a disciplina. Esta impede os defeitos; aquelas formam a maneira de pensar. É preciso proceder de tal modo que a criança se acostume a agir segundo máximas, e não segundo certos motivos. A disciplina não gera senão um hábito, que desaparece com os anos. É necessário que a criança aprenda a agir segundo máximas, cuja equidade ela própria distinga. Vê-se facilmente que é difícil desenvolver tal coisa nas crianças, e que por isso a cultura moral requer muitos conhecimentos por parte dos pais e dos mestres (KANT, 1996, p. 80).

3.1 FORMAÇÃO: DISCIPLINA E INSTRUÇÃO

Uma educação pública completa é aquela que reúne, ao mesmo tempo, a instrução e a formação moral (Kant)

Em Kant, a formação realizada através da disciplina e da instrução escolar possibilita a apreensão, na prática, daquilo que foi ensinado para que no futuro a criança não seja conduzida por seus caprichos, mas pelas máximas e pelos preceitos da razão. Deve ser guiada pelo cuidado e não deve ser imposta de fora, mas ser inerente ao processo pedagógico como algo que surge da relação entre educador e educando. Uma formação assim desenvolvida não impossibilita o cultivo da liberdade, apenas impõe limites a ação infantil que não desenvolveu plenamente suas funções cognitivas, éticas, estéticas e

morais e, também, ainda não absorveu os princípios necessários para viver em sociedade conforme máximas e leis e fazer uso do entendimento e da liberdade para pensar por conta própria. Seu fim último é contribuir para a formação de cidadãos livres, autônomos e responsáveis.

Na pedagogia kantiana a disciplina “impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade através de suas inclinações animais” (ibid, p. 12). Ao submeter o homem às leis da humanidade ela o leva a sentir a necessidade das próprias leis. Contudo, é preciso cuidado para que, em nome da disciplina, a criança seja tratada como escrava, em vez de fazer com que ela sinta a sua liberdade, sem desconsiderar a liberdade dos demais.

A educação precisa orientar a criança para que haja conforme máximas e não em função de recompensa ou castigo. Não é preciso tornar a criança tímida e nem “dobrar” a vontade dela, mas dirigi-la de modo que aprenda a enfrentar os obstáculos naturais. “Se a castigamos quando procede mal, e a recompensamos quando procede bem, então ela fará o certo para ser bem tratada e não porque o seu caráter está sendo moldado para agir conforme certas máximas advindas, em primeiro lugar, “da escola e, mais tarde, da sociedade e da humanidade”. Em tal perspectiva, formar-se-á um ser humano que só visará sair-se bem no mundo, e será bom ou mau, conforme melhor lhe parecer. “Não convém recompensar a criança para que não se torne interesseira” (ibid, p. 84). Esperança de recompensa e temor de punições precisam ser radicalmente banidos porque, ao empregar tais meios, a educação não incentiva a disposição moral, mas o desenvolvimento de uma obediência cega por parte da criança, que reduz a quase nada a sua vontade.

Conforme Kant, a educação deve possibilitar ao homem:

- 1) Ser *disciplinado*. Disciplinar quer dizer: procurar impedir que a animalidade prejudique o caráter humano, tanto no indivíduo como na sociedade. Portanto, a disciplina consiste em domar a selvageria.
- 2) Tornar-se *culto*. A cultura abrange a instrução e vários conhecimentos. A cultura é a criação da habilidade e esta é a posse de uma capacidade condizente com todos os fins que almejemos. Ela, portanto, não determina por si mesma nenhum fim, mas deixa esse cuidado às circunstâncias [...].
- 3) Tornar-se *prudente* [civilizado]. Esta requer certos modos para não nos servirmos dos outros homens para atingirmos os nossos fins.
- 4) Cuidar da *moralização*. Não basta que o homem seja capaz de toda sorte de fins; convém também que ele consiga a disposição de escolher os bons fins. Bons são aqueles fins que são aprovados necessariamente por todos e que podem ser, ao mesmo tempo, os fins de cada um (ibid, p.26/27).

A instrução proporcionada pela escola precisa desenvolver as habilidades, especialmente, as de pensar, para que o homem possa conseguir os seus fins. A instrução proporcionada pela escola fornece ao educando um valor em relação a si mesmo, como indivíduo. Diferente disso, a formação moral lhe fornece um valor universal, “um valor que diz respeito à inteira espécie humana (ibid. p. 37). O filósofo prussiano acredita que, a natureza humana será sempre melhor desenvolvida e aprimorada pela educação e que é possível que ela chegue à forma que convém à humanidade.

3.2 LIBERDADE E ADESTRAMENTO NA EDUCAÇÃO KANTIANA

Conforme ensina Vincenti (1994, p. 20), o novo estatuto da educação que preconiza a íntima relação entre saber e liberdade, que surge a partir de Rousseau, visa “promover, na e pela educação, o acesso de cada membro da humanidade à sua maioria e à sua autonomia”. A partir desse momento haverá um esforço para que qualquer projeto educativo tenha em mira uma educação que liberte o aluno, criança e adolescente, do adestramento que, em sua essência, objetiva não “o desenvolvimento do indivíduo em si mesmo, mas em função das vantagens que o adestrador obterá desse desenvolvimento”.

Para Kant (1996, p. 34), um dos maiores problemas da educação é conciliar a submissão às leis (coerção) com o exercício da liberdade. Ora, se a coerção se faz necessária no processo educativo, como é possível cultivar a liberdade? Para resolver tal questão Kant se apoia no conceito de Liberdade, distinguindo dois sentidos para o mesmo: o primeiro diz respeito a liberdade como ausência de leis, característica da infância; o segundo, ao estágio do educando no qual ele pode e deve fazer uso de sua própria capacidade racional, submetendo sua liberdade a determinadas regras. “Este sentido de liberdade está associado diretamente à própria ideia de moralização, fim último a ser alcançado pela ação pedagógica” (DALBOSCO, 2009, p.17).

Para Kant é indispensável que isto seja feito para que a criança e o jovem sintam a inevitável e necessária convivência em sociedade, conforme regras e leis, e adquira o que é necessário para tornar-se independente. Conforme afirma em seu projeto educativo:

1. É preciso dar liberdade à criança desde a primeira infância e em todos os seus movimentos (salvo quando pode fazer mal a si mesma), com a condição de não impedir a liberdade dos outros [...].
2. Deve ser mostrado que ela pode conseguir seus propósitos, com a condição de que permita aos demais conseguir os seus próprios.
3. É preciso provar que o constrangimento (coerção) que lhe é imposto, tem por finalidade ensinar a usar bem a sua liberdade, que a educamos para que possa ser livre um dia, isto é, dispensar os cuidados de outrem (KANT, 1996, p. 35).

Cuidar para que a criança e o jovem sejam disciplinados não significa tratá-los como escravos, mas sim fazer com que sintam a sua liberdade, mas de tal modo que a liberdade dos demais seja respeitada. A disciplina não deve submeter a vontade da criança a um adestramento, mas dirigi-la de modo que aprenda a enfrentar os obstáculos naturais e sociais que lhe são impostos no transcurso da sua existência, mas sem constrangê-la ou torná-la tímida. Nada mais prejudicial à formação da criança e do jovem do que uma disciplina servil que desconsidera a vontade própria dos indivíduos. Isto leva, normalmente, a uma atitude de reserva ou a “uma dissimulação nefasta. Não ousa perguntar mais nada, quando deveria poder perguntar tudo; esconde os sentimentos e parece ser sempre diferente do que é, ao passo que poderia dizer tudo francamente” (ibid, p. 54). Ser autêntica, ser o que realmente é, um ser em formação.

Os limites que, pedagogicamente, devem ser impostos às crianças e aos jovens através das máximas e das leis, não podem levar ao adestramento que retira delas a capacidade de julgar por conta própria, impede o diálogo, impõe o silêncio e impossibilita que as perguntas pelo sentido e pelo fim sejam feitas. Ao contrário, devem constituírem-se em elementos que possibilitem o desenvolvimento do entendimento como conhecimento do geral; do juízo como aplicação do geral ao particular, da razão como faculdade de discernir a ligação entre o geral e o particular. No processo educativo a imposição de limites através da disciplina, das máximas e da lei moral, não pode ser escravizante.

A tensão entre liberdade e coação das leis se apresenta como um dos maiores problemas a ser enfrentado pelo processo pedagógico e educativo. Isto porque a própria liberdade precisa ser educada por meio da coação. Por conta disso é necessário

habituar o educando a suportar que a sua liberdade seja submetida à coação de outrem e que, ao mesmo tempo, dirija corretamente a sua liberdade. Sem esta condição, não haverá nele senão algo mecânico; e o homem, terminada a sua educação, não saberá usar sua liberdade. É necessário que ele sinta logo a inevitável resistência da sociedade, para que aprenda a conhecer o quanto é difícil bastar-se a si mesmo, tolerar as privações e adquirir o que é necessário para tornar-se independente (ibid, p. 34).

Em Kant, a coerção não incide sobre a liberdade porque, conforme explicita, a vontade não pode ser livre independente das condições empíricas, o que significa que a vontade livre não se define por aquilo que ela quer, mas segundo o modo ou maneira como quer, em função da consciência da lei moral. Somente em tal condição a vontade pode ser verdadeiramente livre. No entanto, se toda liberdade deve fundar-se na lei moral, não significa que toda utilização da liberdade preencha as exigências dessa lei. Encontramo-nos cotidianamente diante do bem e do mau e, muitas vezes, escolhemos fazer o mau, mesmo quando teríamos podido e devido fazer o bem. “Essa possibilidade de escolha representa o que o senso comum e a linguagem corrente denominam de liberdade, mas que a filosofia designa de livre-arbítrio” (VINCENTI, 1994, p. 21).

Na discussão sobre a liberdade, ao distinguir o livre-arbítrio da vontade moral, Kant pretende mostrar que a educação precisa orientar para que cada membro da humanidade possa dominar seus pendores naturais e a liberdade de seu livre-arbítrio, respeitando a lei moral e, com isso, afirmar-se como sujeito moral. Como afirma, “o homem pode ser, ou simplesmente adestrado, mecanicamente ensinado, ou ser realmente esclarecido. Adestram-se cães, cavalos, mas também se pode adestrar homens” (KANT, apud DALBOSCO, 2009, p. 198). Para que o processo educacional não seja realizado de forma mecânica e culmine numa forma de adestramento, se faz necessário que as crianças e os jovens aprendam a pensar e, com isso, desenvolvam e exercitem, através da reflexão, a sua própria capacidade de julgar.

Se se quer fundar a moralidade, não se deve punir. [...] O primeiro esforço da cultura moral é lançar os fundamentos da formação do caráter que consiste no hábito de agir segundo certas máximas. Estas são, a princípio, as da escola e, mais tarde, as da humanidade. [...] Quando se quer formar o caráter das crianças, urge mostrar-lhes em todas as coisas um certo plano, certas leis, as quais devem seguir (KANT, 1996, p. 81).

4 DA ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO MORAL EM KANT

Nos dias de hoje, apesar de se falar e escrever bastante sobre novas formas de fazer educação, o que podemos verificar no "processo educativo brasileiro", digo, no "processo informativo brasileiro" é que a educação está fundada numa Pedagogia da desautorização. Seu eixo central tem sido a negação, desde as primeiras séries escolares, da visão de mundo do aluno construída através de suas vivências, do seu pensar, sentir, imaginar. Em síntese, negação do processo de formação do aluno e, conseqüentemente, do desenvolvimento da sua capacidade de pensar por si mesmo.

A falência da ética nas relações entre educadores/educandos e entre os sujeitos sociais vem desenvolvendo um longo e sofisticado processo de desconsideração da existência do outro como sujeito, como pessoa humana. Na educação essa atitude anula a pessoa do aluno e o transforma em objeto, sem levar em consideração que ambos os agentes, educador e educando, são sujeitos desse processo.

Educado é o sujeito que se percebe "não pronto", no sentido de acabado, mas "pronto", no sentido de aberto, ter capacidade de, por si, elaborar uma leitura de mundo e de expressar-se nele em respostas aos desafios das mais diferentes ordens. Ninguém pode substituir-nos em nossa necessária experiência porque é a experiência vivida, mesmo perigosamente, que torna os homens capazes de trabalhar e de viver como homens e não como componente de um rebanho, dobrado pela obediência, adestrado a ponto de perder a sua dignidade. Mas, infelizmente, esta situação está sendo vivenciada por boa parte da humanidade e, de forma bastante acentuada, entre nós brasileiros.

O papel primordial da educação é ajudar o indivíduo a tornar-se pessoa humana. Para isso, é preciso algumas vezes, como ensina Freinet (1996, p. 5), segurá-lo pela mão nas passagens difíceis, baixar para ele os galhos que não consegue alcançar, responder aos inquietos apelos e dificuldades e levá-lo por caminhos que não devem ser de calvários, mas caminhos de construção de vida. O educador deve ter consciência de que a educação constitui-se e desenvolve-se porque os homens são livres, inteligentes, conscientes e desejam viver bem, em paz e ser feliz; que a educação tem sede na pessoa humana e é pressuposto de sua dignidade e condição de sua realização material e espiritual; deve desenvolver não apenas um processo informativo, mas um processo formativo que envolva: aquisição, construção e transmissão de conhecimentos, tendo em vista os problemas que a realidade coloca para serem resolvidos.

Como vimos, a educação em Kant é concebida como um projeto, especificamente direcionado para a criança e o jovem e visa, fundamentalmente, desenvolver suas capacidades intelectuais e morais para agir conforme máximas e leis e não conforme sua vontade e caprichos. Orienta para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de um sujeito agente, constituído racionalmente para tornar-se moralmente livre e, com isso, agir ou não de acordo com a lei moral e ser responsabilizado por sua ação. Essa ação pode ser de dois tipos que, embora distintos entre si, estão relacionados um com o outro por meio do conceito de sujeição (*unterwerfung*).

Na primeira, segundo Kant (*ibid*, p. 31), a sujeição deve ser passiva. Nela devem ser oportunizadas à criança as condições, criadas pela disciplina, para que desenvolva

sentimentos de obediência às máximas e às leis na construção de suas relações com o mundo. Sendo necessário que isto ocorra porque suas ações ainda são orientadas por uma vontade ou liberdade sem regras. Na segunda, a sujeição deve ser ativa. Nela o educando deve ser constantemente estimulado a fazer uso permanente de sua própria reflexão e liberdade, desde que submeta uma e outra a certas regras. Por conta disso, o principal desafio para a realização da educação moral kantiana é a aproximação, pela pedagogia, da ação humana à moralização porque, segundo o pensador de Königsberg, a educação enquanto prática específica, voltada para os sujeitos humanos em formação, só se legitima se for ética.

Apesar de mais de dois séculos distantes no tempo, e idealizada em função de um espaço distinto, a educação moral proposta nas lições de pedagogia ministradas por Kant se revestem, a nosso juízo, em conformidade com alguns pensadores, de pertinente atualidade, tanto pela visão não dividida, mas totalizante do ser humano, quanto pelas questões éticas/morais capazes de lançar luz ao fazer educativo brasileiro, especialmente se for considerado o atual estado disciplinar da educação e antiético da grande maioria da nossa sociedade, conforme temos acompanhado já a algum tempo.

A educação em Kant é especificamente direcionada para a criança e o jovem e visa, fundamentalmente, desenvolver suas capacidades intelectuais e morais para agir conforme máximas e leis e não conforme sua vontade e caprichos. Mas não deve domesticar e sim ensinar aos jovens a fazer tudo conscientemente, e a ter cuidado, não tanto em aparecer, mas em ser; em considerar uma ação como valiosa, não porque se adapta à sua vontade e aos seus desejos, mas porque através dela ele cumpre o seu dever como partícipe de uma sociedade humana; orientá-los, fundamentalmente, sobre “a necessidade de todo dia examinar a sua conduta, para que possam, ao fim da vida, fazer uma apreciação do valor da mesma” (ibid, 1996, p.114).

Diante do exposto, entendemos ser possível concluir que: a finalidade precípua do Projeto Educacional proposto por Kant não é impor conhecimentos mas, fundamentalmente, desenvolver no educando a capacidade de pensar por si mesmo, tendo as máximas como base e a consciência moral como orientação. Parece não haver dúvidas, pelo menos para nós que entendemos com Freinet (1996, p. 6), que “a educação não é uma fórmula de escola, mas sim uma obra de vida”; que a educação em Kant possui os elementos essenciais para a construção da escada que permite o acesso aos diversos andares do conhecimento, medindo com cuidado a altura dos degraus para adaptá-los às

possibilidades das pernas de cada criança e de cada jovem, e um corrimão para amparar aqueles que necessitam.

Conforme entendemos, essas são as características básicas para a realização de uma educação que não adestre, mas que desenvolva, tendo por suporte a “disciplina” e a “liberdade”, as dimensões intelectual e moral do ser humano para que possa enfrentar as questões postas pelo mundo da vida, especialmente hoje, quando vivenciamos constantemente o abandono dos princípios morais, do respeito às diferenças, dos direitos fundamentais do outro, nosso semelhante e da natureza, assim como a inversão de valores, onde a dimensão do *ter* (dinheiro, poder, etc) e do *fazer* (cargos, posições, etc) suplantam as dimensões do *ser*, do *pensar*, do *sentir*, do *agir*. Uma educação que demonstre a necessidade do exame constante da conduta para que seja possível uma apreciação do sentido e do valor da mesma.

Não há dúvida de que o pensamento e o projeto educativo de Kant, construído no século XVIII, se reveste de plena atualidade no século XXI. Suas palavras, transcritas a seguir, nos parece perfeitamente atual:

Vivemos em uma época de disciplina, de cultura e de civilização, mas ela ainda não é a da verdadeira moralidade. Nas condições atuais pode dizer-se que a felicidade dos Estados cresce na mesma medida que a infelicidade dos homens. E não se trata ainda de saber se seríamos mais felizes no estado de barbárie, onde não existiria toda essa nossa cultura, do que no atual estado. De fato, como poderíamos tornar os homens felizes, se os não tornamos morais e sábios? (ibid, p. 28/29).

REFERÊNCIAS

DALBOSCO, Cláudio Almir. **Moralidade e educação em Immanuel Kant**, Ijuí: UNIJUÍ, 2009.

FREINET, Celestin. **Pedagogia do Bom Senso**. 5ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GRAMPE-CASNABET, Michèle (1994). **Kant - uma revolução filosófica**. Trad Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

JASPERS, Karl. **Introdução ao Pensamento Filosófico**. São Paulo: Cultrix, 2011.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. Lisboa: Edições 70, 1994.

_____, **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____, **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____, **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba/SP: UNIMEP, 1996.

VINCENTI, Luc. **Educação e liberdade: Kant e Fichte**. São Paulo: UNESP, 1994.